

Leolinda Daltro e o projeto de catequese dos índios no Brasil.

Patrícia Costa Grigório*

Resumo

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão acerca do projeto de civilização e integração dos índios à sociedade brasileira proposto pela professora Leolinda Daltro no livro *Da catequese dos índios no Brasil. Notícias e documentos para a História*. O projeto de catequese laica visava imprimir nestes indivíduos novos hábitos e caráter, transformando seus comportamentos a fim de moldá-los e adequá-los dentro de uma determinada configuração de cidadão. Transformar selvagens em civilizados significava o apagamento de suas identidades e origens étnicas para conformá-los dentro de uma só identidade: cidadão nacional.

Palavras-chave: Civilização - Catequese laica – Índios – Primeira República

Abstract

The objective of this work is to think about the project of civilization and integration of Indians to Brazilian society proposed by teacher Leolinda Daltro in the book *The catechism of the Indians in Brazil. News and documents for History*. The project, aimed at teaching secular subjects in print new habits and character, changing their behaviour in order to shape them and fit them into a particular configuration of citizen. Turning wild in civilised meant erasure of their identities and ethnic origins conforming to them within a single identity: the national citizen.

Keywords: Civilization - Catechesis secular - Indians - First Republic

Transformando selvagens em civilizados

No início de julho de 1896, um grupo de índios Xerente originário de Goiás e comandado pelo cacique Sepé chegou ao Rio de Janeiro com o objetivo de ter uma audiência com o então presidente da República, Prudente de Moraes. Segundo o jornal O País (DALTRO, 1920), o objetivo do grupo era conseguir roupas, armas e ferramentas além de denunciar as invasões de suas terras pelos grandes fazendeiros da região. As dificuldades enfrentadas pelo grupo foram amplamente divulgadas pela imprensa e chamaram a atenção da professora Leolinda Daltro que, tocada pela necessidade que os índios apresentavam de alguém que os ensinasse a ler e escrever, resolveu seguir com os mesmos para Goiás.

Durante quase cinco anos a professora permaneceu nos estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins, onde teve contato com diversas tribos indígenas. Ao retornar ao Rio de Janeiro, a professora Daltro inicia uma campanha intensa a favor da criação de uma colônia a fim de reunir

2

os diversos grupos étnicos e promover uma educação leiga a fim de incorporá-los à sociedade brasileira.

Não conseguindo apoio material e governamental para retornar ao sertão e tornar o seu projeto de “catequese leiga” uma realidade, a professora utiliza a imprensa para denunciar as violências praticadas contra os índios. Na Capital Federal, promove diversas manifestações públicas sempre acompanhadas por um grupo de índios. Muitas vezes em tom de chacota e ironia as passeatas da professora Daltro e “seus índios” elegantemente vestidos foram temas de crônicas e charges. Mas entre manifestações de apoio e de reprovação, o trabalho da professora vai se tornando conhecido na Capital.

Num momento de intensa discussão e de apresentação de várias propostas de ação do Estado em relação aos indígenas, Leolinda Daltro teve participação ativa. Congressos científicos, geográficos e etnográficos, sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outros eventos, foram espaços onde a professora Daltro apresentou suas propostas de catequese laica e de constituição de um órgão destinado a tratar da incorporação social dos índios. Nestes espaços, projetos opostos e defendidos por grupos sociais distintos pressionavam o governo a tomar uma posição. A criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), em 1910, colocou o governo federal como o principal encarregado de executar a política indigenista no país. Sua principal função era proteger os índios garantindo a sua segurança física e territorial ao mesmo tempo em que tinha como objetivo a incorporação dos mesmos à sociedade brasileira.

Em 1920, Leolinda Daltro publica o livro intitulado *Da catequese dos índios do Brasil. Notícias e documentos para a história. 1896-1911*. Segundo ela, impedida de narrar as memórias de sua viagem e experiência junto aos índios e contar a “*história verdadeira da catequese religiosa nos sertões de Goiás*” (DALTRO, 1920), o livro é uma compilação de diversos tipos de documentos reunidos durante os anos em que conviveu com os índios no interior do Brasil e em que atuou em prol da causa indígena na Capital Federal.

A classificação e escolha dos documentos pela professora nos ajudam a compreender o livro como a construção de um discurso que busca legitimar a sua ação catequista ao mesmo tempo em que nos permite pensar de que forma a sua atuação particular em relação aos índios se diferencia de tantas outras empreendidas até então.

Este trabalho irá abordar as ações de Leolinda se apropriando de dois documentos em especial: as imagens publicadas ao longo da segunda parte do livro, que tratam da sua atuação na educação e inserção social dos índios que ficaram com ela no Rio de Janeiro (além dos sete índios que vieram buscá-la conforme a história relatada acima, um tempo depois chegaram mais quatro índios, totalizando onze indivíduos que ficaram sob sua orientação na cidade), e o texto “*Memória*”, escrito pela professora e publicado nos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909, mais relacionado ao seu projeto de criação de um órgão indígena governamental.

As imagens

A História cultural tem considerado a imagem por seu caráter representativo, isto é, como mecanismo de tornar presente o ausente – a memória – e de exibir e apresentar alguma coisa persuadindo o espectador de sua identidade. Porém, deve-se considerar que a imagem não emerge por si mesma, ela é produto de práticas culturais e sendo esta imagem uma representação é necessário que o historiador procure compreender seu significado levando em consideração que há na sua realização uma rede de interações: quem produziu a imagem, a público ela se destina, quais as circunstâncias e o momento histórico em que ela foi produzida. (BURKE, 2004)

Neste sentido, é pertinente considerar a fotografia como imagem/documento e imagem/monumento como propõe Ana Maria Mauad:

“No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo”. (MAUAD, 1996:8).

As imagens selecionadas e publicadas pela autora não possuem articulação direta com os documentos apresentados ao longo da segunda parte do livro, apesar de se concentrarem nele. Possuem legendas que identificam a situação, os personagens e o que estes estão fazendo, mas não apresentam referências sobre o autor, a data em que foram feitas nem a sua origem. Mas

4

antes de serem vistas como simples ilustrações elas podem ser interpretadas em seu conjunto como “provas” da eficácia do projeto de transformar selvagens em civilizados.

O ordenamento das fotografias nos permite compor uma narrativa visual que procura demonstrar a transformação dos índios. Esta é produto de uma educação que visa a formação dos mesmos em trabalhadores e em indivíduos adaptados à vida em sociedade. Aos poucos, os índios foram se afastando de seus hábitos selvagens para adquirirem hábitos condizentes com cidadãos educados e adaptados à vida em uma cidade como a Capital Federal.

A partir das legendas temos como supor que as duas primeiras imagens são do ano de 1902, já que as mesmas fazem referência à segunda expedição enviada pelo cacique Sepé com o objetivo de buscar a professora Daltro. Na primeira, é apresentado um grupo de índios num cenário que remete à selva, trazendo artefatos bastante rudimentares e vestindo apenas um pequeno saiote de pano e estão descalços. Na segunda imagem, dois índios aparecem vestidos com roupas não tradicionais, mas ainda estão descalços e trazem artefatos que possibilitam a identificação dos mesmos como índios. Dentro do livro, estas podem ter como objetivo demonstrar o estágio de atraso e incivilidade em que o grupo se encontrava no momento em que chegou ao Rio de Janeiro.

Na imagem seguinte, vemos os índios sentados em volta de uma mesa e a legenda indica que os mesmos estão tendo lições de Geografia. A professora ocupa uma posição central na foto, o que destaca a sua posição de comando e de transmissora do conhecimento aos que estão ao seu redor. É interessante observar que os índios estão vestidos, mas alguns trazem cocares na cabeça. É fácil perceber que esta é uma foto posada, o que nos permite fazer duas suposições: uma seria a intenção de identificar quem são os alunos a quem a professora está ensinando, o que serviria para dar destaque ao seu engajamento como catequista de índios; a outra seria demonstrar o estágio de desenvolvimento civilizacional dos índios após a intervenção de Leolinda, que apesar de ainda apresentarem adereços tradicionais como o cocar, já estariam adquirindo hábitos civilizados, como as vestimentas.

A educação para o trabalho era de extrema importância para Leolinda e fazia parte do seu projeto de educação e civilização. Duas imagens são significativas ao demonstrar o esforço em transformar as índias que também vieram na expedição em “*boas donas de casa*” através de uma “*perfeita educação doméstica*”: na imagem que traz a legenda “*Lavagem de roupas*”, uma das

5

índias lava roupa sob o olhar atento e orientação da professora. Na outra imagem, “*Uma lição de costura*”, a índia aprende a manejar uma máquina de costura também sob a orientação.

O que está em jogo e merece destaque para além da utilização de instrumentos até então desconhecidos pelas índias, como a máquina de costura, é a conformação destas dentro de um determinado modelo do que seria uma “boa dona de casa”, baseado em referências distintas da sua cultura original. A transformação dessas habilidades de costura e de artesanato em atividades profissionais também contribui para modificações nos modos de produção tradicionais, já que nas sociedades indígenas as atividades produtivas desempenham papéis não só econômicos, mas também sociais, religiosos, políticos e culturais.

Em meio a fotografias que apresentam os índios sendo alfabetizados ou aprendendo atividades consideradas úteis para sua formação, duas imagens podem ser destacadas. Trata-se de recibos eleitorais de dois índios catequizados pela professora: Djalma Uacumupté e Kuroki Porpipó. Segundo Leolinda, seu trabalho não se restringiu somente a ensinar os índios a ler e escrever, mas também em torná-los “*cidadãos da República, investindo-os nos seus direitos civis e políticos*” (DALTRO, 1920).

Levando em consideração a proposta de apresentação dos documentos como “prova” de dedicação e da eficácia de seu projeto de transformação dos índios em civilizados, estas imagens têm função estratégica no discurso da professora Daltro. A interpretação das mesmas pode ser dar em várias vertentes: primeiro, elas podem ser lidas como uma resposta concreta a críticas e questionamentos a respeito da utilidade da educação dos índios como também a uma certa incredulidade na capacidade da própria em realizar tal tarefa.

Segundo, a participação dos índios em uma eleição para deputados pode ser entendida como uma comprovação da total transformação dos mesmos em civilizados. Esta incorporação está para além do aprendizado da língua, da adoção dos costumes e de uma formação profissional – elementos importantes na constituição de um modelo ideal de civilidade.

A transformação dos índios em eleitores poderia representar que os mesmos alcançaram um grau elevado de civilização. Isto porque o exercício da cidadania através do voto significaria uma tomada de consciência destes indivíduos a respeito da participação política e do reconhecimento das instituições consideradas pelos não índios como válidas. Isto porque a

6

aceitação e manuseio dos referentes não índios são em si mesmo um dado de civilidade, tendo em vista a auto-atribuição destes como num patamar mais elevado.

As fotos seguintes mostram os educandos da professora elegantemente vestidos. A forma como Leolinda apresentava seus índios nas festas cívicas e cerimônias na qual participava chamava a atenção da população da cidade do Rio de Janeiro, chegando a ser comentário no jornal *Correio da Noite*:

“Alguns escritores tem metido a ridículo essa persistência da Sra. Daltro em apresentar seus índios em todas as festas nacionais, nós, porém, não vemos no caso a nota de ridículo que lhe atribuem. Ora a Sra. Daltro não nos apresenta seus índios a maneira das selvas, dá-lhes roupas, calça-os com sapatos, põe-lhes chapéus. São índios do Brasil elegante. E por isso podiam aparecer a toda a gente.”(CORREA, 2003: 107)

Estas fotografias se contrapõem às primeiras fotos, onde os índios aparecem seminus e descalços, sem nenhum vestígio de civilidade. A nudez se refere à sua condição de bárbaro, de um ser desprovido de vergonha e regras – a nudez marca a fronteira entre o selvagem e o civilizado. A transformação do grupo acontece por meio do uso de chapéus, roupas, sapatos e adoção de bigodes para os homens. Mas em todos os casos, a distinção e a identificação dos mesmos como indígenas é possível através da manutenção dos cabelos compridos.

Podemos perceber no projeto educacional da professora Leolinda Daltro, que a civilização dos índios e a sua incorporação à sociedade nacional pressupõem a idéia de inferioridade destes em relação a uma determinada concepção de indivíduo. Como bárbaros e desconhecidos dos princípios da civilização, precisam ser conduzidos e transformados por aqueles que possuem maiores capacidades e cabedal para transformá-los e enquadrá-los dentro de um terminado modelo de comportamento e cultura.

Segundo Norbert Elias,

“Duas idéias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constituiu um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. [...] A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir”.(ELIAS,1932:62)

O processo civilizador é um movimento contínuo. A partir do momento que determinada nação ou grupo se sentem civilizados, isto é, entendem que o seu processo civilizacional atingiu um patamar que a coloca numa posição de superioridade em relação às demais, as mesmas se

7

colocam no papel de transmissoras a outros da civilização. E no espaço temporal delimitado por este trabalho, momento em que a República nascente no Brasil se apresenta como um projeto de construção de uma nação e moderna e civilizada seguindo os moldes europeus, se faz importante a transformação dos modos de conduta e de comportamento da sua população.

Para efetuar tal tarefa em relação aos índios brasileiros, o gosto pelo conforto e pelas comodidades da civilização deveria ser inculcado nestes indivíduos de modo que pudessem ser incluídos nos projeto de construção de uma nação e moderna e civilizada. Neste sentido,

“(...) os passos básicos implícitos no ato de civilizar seriam tomar os nativos por mão-de-obra dentro de uma economia de mercado e a incorporação (no sentido de fazer corpo) da língua, vestuário, religião e outros costumes do povo conquistador”. (LIMA, 1995:122).

A prática educacional colocada em prática pela professora Leolinda Daltro vai ao encontro das transformações ocorridas na sociedade brasileira após a derrubada do período monárquico. A pedagogia de tradição jesuítica e humanista do período, que privilegiava o estudo dos clássicos da Filosofia e da Literatura em detrimento das ciências foi substituída por um ensino que privilegiava o caráter científico na construção do currículo escolar (CAPUTO, 2006).

O ideal positivista influenciou sobremaneira as reformas educacionais do início do século XX. A educação passou a ser vista como um instrumento responsável pela civilização do homem, devendo se voltar para a formação do brasileiro como cidadão. Para isso, se fazia necessário laicizar a educação incluindo em seu currículo disciplinas de caráter científico, moral e cívico, com o objetivo de conscientizar o cidadão de seu papel na construção de uma nação moderna. (CAPUTO, 2006).

As imagens selecionadas pela professora Daltro podem ser interpretadas como a construção de um discurso que pretende comprovar a eficácia do ela irá chamar de “catequese laica”. Os “seus índios” eram a prova mais concreta de que através de uma educação “científica e industrial”, isto é, sem resquícios de religiosidade e com uma formação voltada para o mercado de trabalho, seria possível transformar bárbaros em indivíduos civilizados e úteis para atender as necessidades da nação.

O projeto

As idéias e propostas de Leolinda Daltro sobre a civilização dos índios estão registradas no texto “*Memória*”, publicado nos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, realizado entre os dias 07 e 15 de Setembro de 1909, no Palácio Monroe. O teor principal do texto diz respeito ao que pode ser considerada a sua maior convicção indigenista: retirar da esfera religiosa o privilégio de civilizar os índios e transferi-lo para a instância governamental¹.

Desde meados do século XIX, os religiosos eram responsáveis pela civilização dos índios no Brasil recebendo, inclusive, incentivos governamentais para tal empreendimento. Com a instauração do regime republicano a laicização da catequese indígena foi uma bandeira, principalmente dos positivistas, que partiam do pressuposto de que o Estado era secular. Assim como o casamento, o ensino e os cemitérios que foram secularizados, a civilização dos índios também deveria seguir a mesma proposta, já que a mesma tinha o objetivo de incorporá-los ao restante da nação. Mas a primeira Constituição republicana (1891) ignorou a questão indígena e as relações entre Estado e índios continuaram sendo mediados pela Igreja (GAGLIARDI, 1989).

O documento produzido pela professora não se apresentava como uma novidade no que diz respeito a uma avaliação dos resultados da catequese religiosa dos índios. As conseqüências deste trabalho já vinham sendo discutidas desde o final do século XIX. Um Relatório de 1882 do Ministro da Agricultura, por exemplo, fazia um balanço da catequese religiosa e indicava as razões para o fracasso: a falta de verbas para a política indigenista, a má administração dos aldeamentos, a falta de missionários e os próprios índios, que se recusavam ao ensino e ao trabalho (KARASH: 2003).

A partir do que viveu e presenciou nas localidades por onde passou, Leolinda usa a experiência pessoal como sustentação para as considerações acerca das ações inconseqüentes dos frades e também do mau uso dos recursos públicos, já que os mesmos recebiam auxílio governamental, mas não administravam as aldeias e deixavam os índios à mercê da própria sorte. Segundo a professora, a ação dos frades se restringia apenas ao ensinamento religioso, produzindo homens fanáticos e supersticiosos. Como conseqüência, os índios eram analfabetos e

¹ Antes que se encerrassem as atividades do Congresso, Leolinda apresenta a seguinte moção: “Proponho que o 1º Congresso Brasileiro de Geografia represente aos poderes públicos, lembrando o cumprimento do preceito constitucional, que estabelece o ensino leigo, único que deve ser dado aos silvícolas, como auxílio do governo republicano”. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. I, 1910, p.236. APUD GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 129.

9

não possuíam nenhuma formação profissional que lhes garantissem trabalho e sustento. Sem nenhum tipo de instrução praticavam uma agricultura rudimentar que empobrecia o solo e que contribuía para o aumento da situação de miséria em que viviam: *“Reduz-se, pois, a sua ação [dos frades] nefasta a pregar o céu, descuidando dos interesses terrenos; incutindo superstições e fanatismos, a pretextando salvar-lhes a alma, estilando-lhes o corpo”* (DALTRO, 1920).

Mas para construir seu principal argumento – que séculos de catequese religiosa só serviram para a degradação do elemento indígena, transformando-o num indivíduo sem nenhuma utilidade para o Estado – e apresentar o seu projeto de ação governamental a professora não se baseia apenas na sua experiência pessoal. Para conferir legitimidade e autoridade ao seu argumento, recorre à *“opinião autorizada”* (DALTRO, 1920) do General Couto de Magalhães.

“Julgou-se objeto de única preocupação a salvação da alma dos silvícolas, mas, ninguém se importou com a sua existência na Terra. Ou, reproduzindo o dizer de Couto de Magalhães: - dirigindo o esforço especialmente para conseguir o homem religioso esqueceram-se de desenvolver neles as idéias eminentemente sociais, únicas que interessam ao corpo político chamado “Nação” (vide carta a Joaquim Serra, em apêndice a “O Selvagem” de Couto de Magalhães).”(DALTRO, 1920)

A defesa da substituição da catequese religiosa pelo uso da razão na educação dos índios estava na idéia de que esta levaria a uma mobilização das suas potencialidades humanas permitindo-os atingir o mesmo estágio dos “civilizados”. Esta civilização estava estreitamente relacionada ao papel que estes deveriam ocupar no conjunto da sociedade nacional: sua transformação em trabalhadores nacionais. Este papel atendia às necessidades do país em dois sentidos: o fornecimento de uma mão-de-obra para uma atividade econômica de extrema importância para o desenvolvimento nacional, já que a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho o colocava como exportador de produtos agrícolas, e também a ocupação do interior do território e defesa das áreas de fronteiras, através da fixação de grupos humanos.

Reagindo às propostas de extermínio que tinham como base a inutilidade dos povos indígenas no desenvolvimento nacional e à política de imigração empreendida pelo governo, Leolinda apresenta uma valorização do elemento indígena no processo de ocupação do espaço geográfico, destacando a vantagem que o mesmo apresenta por seus conhecimentos a respeito do território e por estarem totalmente adaptados ao clima. Uma outra prerrogativa em relação aos imigrantes estaria o caráter moral dos índios.

Os malefícios da catequese religiosa, segundo Couto de Magalhães e endossado por Leolinda, estariam no fato da mesma retirar do indígena todos os sentimentos e qualidades nobres, tornando-os seres degradados, herdeiros de vícios e crimes. O trabalho dos frades, ao longo de vários séculos apenas teria servido para produzir indivíduos corruptos moralmente e inúteis para a vida em sociedade e para o trabalho.

Mas essa realidade era possível de ser alterada se programas orientados por processos racionais fossem implementados. Para tal fim a professora apresentava um programa de caráter nacional onde a implementação dos povoados deveria ser financiada pelo governo, mas conduzidos por

“(...) esforços honestos e filantrópicos daqueles que, sinceramente, se dedicarem, por amor, a esta causa humanitária de salvar os destroços dessas raças perseguidas e conduzir esta gente digna de nossas simpatias, à agremiação suprema da espécie humana.”(DALTRO, 1920)

Na sua proposta, a região do Araguaia serviria como um “projeto piloto”, servindo de modelo para os outros empreendimentos instalados nas outras regiões do país. A incorporação do elemento indígena à sociedade nacional é um tema central no projeto. Sendo assim, Leolinda apresenta ao fim do seu documento a seguinte moção:

“Leolinda Daltro, Delegada da Associação Protetora dos Índios Brasileiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, à rua General Câmara, nº 3895.

- *Convicta da vantagem no aproveitamento do elemento indígena para povoação do solo;*
- *Convicta da vantagem para o progresso nacional, da civilização dos silvícolas;*
- *Convicta da utilidade para a constituição étnica da nacionalidade brasileira, da assimilação do elemento autóctone;*
- *Convicta da necessidade da catequese absolutamente leiga para educar e civilizar estas raças primitivas;*
- *Propõe: - que seja reconhecida a necessidade de delimitar, nas regiões habitadas por indígenas, um “Território autóctone”; e que sejam esses silvícolas incorporados na sociedade dos homens civilizados, compensado-se assim, em parte, os prejuízos causados aos donos espoliados deste país que chamamos hoje nossa Pátria; - que seja reconhecida a necessidade de uma educação racional, e um processo absolutamente laical, científico, industrial e emancipador para a civilização dos silvícolas brasileiros; - que seja reconhecida, enfim, a necessidade de facilitar-lhes os meios de evoluir sem tolher-lhes a liberdade e os instintos nativos, mas organizando núcleos e escolas agrícolas e industriais onde possam cultivar seus dotes e aptidões e desenvolver suas melhores tendências.” (DALTRO, 1920)*

Transformar índios em civilizados era um fator primordial para o desenvolvimento e progresso nacional. A demarcação de terras indígenas se apresentava como uma resolução para os conflitos existentes entre índios e colonos nas áreas de expansão agrícola em várias regiões do país ao mesmo tempo em que a transformação dos mesmos em trabalhadores agrícolas resolvia o problema da mão-de-obra.

Sendo assim, uma educação “*científica e industrial*” se mostrava como o modo mais eficaz de produzir trabalhadores tão ou mais bem preparados que os imigrantes, diminuindo até mesmos os custos de tais empreendimentos, já que era uma mão-de-obra mais acessível e numerosa. Desta forma, caberia à educação a tarefa de imprimir nestes indivíduos novos hábitos e caráter, disseminando novos padrões morais e intelectuais.

A incorporação dos índios estava aliada a sua utilidade como elemento de trabalho e a sua inclusão no “conjunto dos cidadãos”. Neste sentido, imagens e projeto dialogam entre si. Transformar selvagens em civilizados significava o apagamento de suas identidades e origens étnicas para conformá-los dentro de uma só identidade: de cidadão nacional. O conceito de civilização sintetizava a nação, expressava a auto-imagem nacional, pois pode ser entendido como um processo que produz uma homogeneização, fazendo com que povos antes distintos, histórica, lingüística e culturalmente sejam capazes de se reconhecerem como pertencentes a uma mesma comunidade política e social.

Referências Bibliográficas

AMOROSO, Marta Rosa **Mudança de hábito. Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n. 37, 1998.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular.** São Paulo: EDUSC, 2004.

CAPUTO, Melissa Mendes Serrão. “**As moças da moda**” : **literatura e educação feminina na Primeira república.** Goiânia: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

CORREA, Marisa. **Antropólogas & Antropologia.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DALTRO, Leolinda. **Da catequese dos índios no Brasil. Notícias e documentos para a História (1896-1911).** Rio de Janeiro: Typografia da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Vol.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1939.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República.** São Paulo: Hucitec, 1989.

12

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

KARASH, Mary. *Catequese e Cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1889.* In CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e História interfaces.* **Revista Tempo.** Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.